



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação

Rua Líbero Badaró, 425, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-000

Telefone:

Ata de Reunião

Ata de Reunião

Ata da 11ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação - CMTIC

(1º semestre 2022)

Dia, hora e local: 22 de junho de 2022, 10h, via Microsoft Teams.

Participantes: Juan Quirós, André Tomiatto de Oliveira, Luciano Capato, Tatiana Sutto, George Augusto, Evandro Freire, Johan Nogueira Dantas, Rafael Neves, Wagner Santana, Pedro Said, Felipe Soares Neves, Leandro de Souza Zan, Loyd Hiroki, Thyago Atahyde, Caroline Souza.

Ordem do dia: Relatório semestral sobre uso de TIC pela Administração Pública Municipal; Aprovação de 04 (quatro) Orientações Técnicas: Nº 004 – Inventário de Licenças de Software (Revisão); Nº 007 – Backup e Armazenamento de Dados (Revisão); Nº009 – Aquisição de Serviços de Nuvem (Revisão); e Nº 010 – Critérios Gerais de Gestão de Aplicações (Revisão); e Apresentação da Política Municipal de Segurança da Informação.

Abertura: O Secretário da SMIT, Juan Quirós, iniciou a reunião falando dos três pontos principais que foram focados durante a gestão: i: investimento em infraestrutura; ii: mão-de-obra especializada em TIC; iii: segurança da informação. Deixou como representantes o chefe de gabinete da SMIT, George Augusto, e o Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da SMIT, André Tomiatto, que fará a apresentação.

Apresentação: André começa apresentado a agenda do dia. Faz um resumo do histórico da Política de Governança que foi reformulada e publicada em abril de 2017 de modo a contemplar melhor nossa realidade e completou 5 anos em 2022 citando ainda a publicação do novo Plano Estratégico de TIC 2021-2024.

Breve resumo da Política e como está estruturada: Reorganização do SMTIC; Criação dos instrumentos de governança: Planos Estratégico, Setorial e Geral, Diagnóstico de TIC, Orientações Técnicas e Portal de Tecnologia; Mudanças nas aquisições e contratações; e Capacitação.

André apresenta o Relatório Semestral de TIC iniciando com o 5º ciclo da Política de Governança de TIC. Em 2022 todos os Planos Setoriais foram enviados, todos os órgãos setoriais preencheram o Diagnóstico de TIC 2022 e 40% fizeram alguma atualização de status no Plano Diretor Setorial de TIC.

Um dos indicadores do Plano Estratégico de TIC trata da quantidade de ativos de microinformática dentro do tempo de vida útil. Em 2021 ficamos acima da meta com 72% dos ativos dentro do tempo de vida útil. Já em 2022 tivemos uma compra muito grande (465 mil tablets e 72 mil notebooks) por parte da Secretaria de Educação devido a pandemia, e isso fez com que o indicador subisse para 96% em 2022, o que distorceu a realidade da Prefeitura de São Paulo. Se considerarmos um cenário sem a Secretaria da Educação indica que temos somente 62% do parque dentro do tempo de vida útil, o que nos deixa com um alerta, já que é importante que os órgãos mantenham uma política de renovação parcial dos parques.

O próximo indicador é sobre a rede interna. Tivemos um projeto grande que foi finalizado 2020, o Prefeitura Digital, que reestruturou 100% da rede interna das Subprefeituras. Com isso, em 2022 atingimos 81% dos órgãos com a rede interna adequada, ficando um pouco acima da meta do ano que é de 80%.

A atualização da Escala de Maturidade em 2022 mostra alguns avanços de 2021 para 2022, com especial destaque para a quantidade de órgãos que saíram de inexistente para o nível E. Ainda não temos nenhum órgão nos níveis A e B de maturidade. Os principais entraves para que os órgãos evoluam na escala de maturidade são: a dificuldade de uma participação mais efetiva dos líderes de TIC nas decisões estratégicas, que não tem acesso aos ordenadores de despesa dos órgãos pautando suas necessidades; a diferença entre o planejamento e a execução de cada item do PDSTIC que ainda não está sendo executado adequadamente; os órgãos não gerenciam itens de configuração; e por fim, a falta de planejamento de capacitação tanto em competências técnicas quanto em gerenciais.

Sobre os fóruns técnicos, tivemos até o momento 22 edições desde sua criação em 2017 e iremos voltar a realizá-los bimestralmente alternando entre virtual e presencial.

Uma pauta importante a mencionar é a carreira de Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, disciplina de Tecnologia (APDO-TIC). André contextualizou que a carreira foi criada em 2015 e possui atuação descentralizada com plano de trabalho. Foi pensado desde o início em uma atuação mais estratégica e não operacional, como agente de mudança que ajude a evoluir na maturidade e entregas de valor. Porém ainda temos um número insuficiente de analistas, pois a Prefeitura fez apenas um único concurso em 2015, no qual tivemos 91 pessoas habilitadas e temos hoje apenas 36 analistas em exercício e contamos com 3 analistas em licença para tratar interesses pessoais (LIP). Ao olhar para o Plano de Metas identificamos que 65% das metas possuem sinergia com as capacidades dos analistas. Descentralização dos analistas em 10 órgãos distintos mais o órgão central, 6 analistas estão em cargos de liderança, e atuação em 59 projetos estratégicos em média. Precisamos pesar rapidamente na reestruturação e ampliação da carreira visto que 36 analistas é um número muito baixo quando pensamos na Prefeitura como um todo.

Sobre capacidades, o Programa Permanente de Capacitação durante a pandemia ocorreu apenas no formato de ensino à distância (EaD). Os dados apresentados são de 2021 e foram 508 vagas disponibilizadas, 236 servidores diferentes capacitados com 1.631 cursos concluídos totalizando cerca de 14.303 horas de cursos. Ao todo, 50 órgãos diferentes contaram pessoas capacitadas. Ainda durante 2022 pretendemos retomar os cursos presenciais e continuar com os cursos à distância.

Outro indicador importante se refere ao uso de dados na prefeitura e foi possível notar uma evolução considerável. Em 2020 partimos de 19% dos órgãos utilizando ferramentas de BI para 31% em 2021 e 46% em 2022.

Outro dado extremamente relevante, também comentado pelo Secretário Juan Quirós na abertura, é o quanto a prefeitura gasta em tecnologia. O percentual do gasto de tecnologia continua muito baixo na Prefeitura em relação às referências e padrões de mercado. Na referência do Gartner, por exemplo, governos locais gastam em média 4,7% das suas despesas operacionais em tecnologia e a Prefeitura gata 1,01%. André lembrou ainda que não é somente uma questão de quantidade, mas também de qualidade, para a devida priorização do gasto da Prefeitura.

Em uma análise da relação entre investimento e custeio de TI, podemos observar uma variação constante na linha temporal na comparação dos últimos 6 ciclos de administração. Em 2021, 5,79% do dispêndio de tecnologia foi gasto em investimento, é uma análise feita olhando os detalhes da execução orçamentária, e vemos que em relação aos anos anteriores pouca coisa mudou. Novamente pegando como referência os estudos do Gartner, os líderes em governos locais estão com 21% de investimento em tecnologia, e fica claro que o patamar da Prefeitura ainda está muito distante disso. Até o momento não chegamos a atingir nem 10% do dispêndio em tecnologia para investimento.

Olhando por um viés mais estratégico, foi realizada uma análise do gasto em TIC de acordo com o impacto no negócio pensando na entrega de valor nas contratações. Separando em 3 tipos de impacto, temos “sustentar”, que é pra manter em pé aquilo que já está funcionando, “expandir”, que é algo que não muda nenhum modelo de negócio, mas amplia sua capacidade, e “transformar”, que é um viés de mudança de modelo de negócio. Na referência do Gartner, os líderes de governos locais gastam 78% para sustentar, 14% para expandir e 8% pra transformar, enquanto que a Prefeitura em 2021 gastou 87% para sustentar, 8% para expandir e 5% para transformar.

Tomiatto apresentou outro indicador estratégico que é a relação entre a quantidade de colaboradores de TIC e a quantidade de colaboradores em geral. Na referência do Gartner para órgãos públicos, o percentual de colaboradores

de tecnologia é de 3,8% enquanto na prefeitura de São Paulo esse indicador é de 0,8%. Outra comparação é em relação a colaboradores próprios e terceirizados, na referência a relação é 80% (próprios) e 20% (terceirizados), enquanto que na Prefeitura a relação é 90,8% (próprios) e 9,2% (terceirizados). Por fim, a informação mais crítica desse aspecto, é a relação entre despesas em tecnologia por colaboradores em geral. A referência internacional do Gartner é um gasto de US\$ 9.433 por ano por colaborador e, a Prefeitura gasta em média 10% desse valor, \$ 907 por ano por colaborador.

O último indicador apresentado se refere a divisão da despesa por área funcional no ano de 2021. Na Prefeitura temos que 16% dos recursos de tecnologia são gastos com gestão de TIC contra uma recomendação de 23%. Em relação a aplicações, gastamos 20% contra a recomendação de 28%. Em infraestrutura, estamos muito acima da recomendação com 36% contra 24%. E em serviço de suporte, também estamos acima da recomendação com 28% contra 25%. Uma das conclusões que podemos chegar é que gastamos muito mais com infraestrutura do que com inteligência.

Resumidamente, foram apresentados indicadores que são de acompanhamento do Plano Estratégico, indicadores mais qualitativos e indicadores sobre a qualidade do gasto.

André abre para dúvidas e comentários antes de prosseguir para a revisão das Orientações Técnicas e informe sobre a Política de Segurança da Informação.

Discussão:

O chefe de gabinete da Secretaria da Fazenda, Evandro Freire, inicia a discussão reiterando que os indicadores apresentados são realmente desfavoráveis e que a principal causa é a insuficiência de pessoal. Ressalta que não adianta incrementar o gasto com tecnologia, sem ter pessoas capacitadas. A raiz de tudo é a falta de pessoas em tecnologia. A revisão das carreiras é fundamental para que se tenha uma carreira de tecnologia forte dentro da Prefeitura para alavancar os indicadores apresentados. Disse que passou da hora de fazer a revisão da carreira, em termos salariais e remuneração, que é importante pensar também na ampliação do contingente. Não tem como falar em inovação e tecnologia sem ter profissionais na área em todas as secretarias para poder incentivar.

O coordenador de tecnologia da informação e comunicação da Secretaria da Fazenda, Luciano Capato, concorda que estamos investindo pouco, sobre a qualificação e dificuldade em trazer pessoas e necessidade de valorização da carreira. Faz duas observações. A primeira é sobre investimento e custeio, a Secretaria vem observando que o que era comprado antes como investimento está sendo considerado hoje como serviço. O mercado está forçando uma mudança de investimento para custeio. A segunda é se os dados sobre investimento estão levando em consideração gastos com pessoal ou se estamos usando somente as rubricas de gastos em manutenção de TI e não com gasto pessoal.

André respondeu ao Luciano dizendo que os dados apresentados não levaram em consideração os gastos com pessoal. Explica ainda que há uma dificuldade em obter esses dados, precisaria saber exatamente quais são as equipes, quem são as pessoas e fazer um trabalho de “formiguinha”, quase que salário a salário. É um objetivo do Órgão Central colocar essas informações nas análises, mas ainda não estão sendo considerados.

Dando continuidade à apresentação, André explica brevemente o que seriam as Orientações Técnicas. Estamos propondo 4 pequenas, mas significativas atualizações nas Orientações Técnicas e grande parte delas está fundamentada em aspectos de proteção de dado pessoal. As atualizações foram encaminhadas previamente aos membros do Conselho e recebemos apenas um feedback da Secretaria de Gestão para mudar a nomenclatura das licenças e essa sugestão foi contemplada.

Na **Orientação Técnica Nº 007 – do backup e armazenamento de Dados**, as recomendações inseridas foram a de garantir que o provedor de serviço de armazenamento e backup *off site* na nuvem esteja em um país com Lei de proteção de Dados, está relacionado a soberania de dados. A mesma recomendação está sendo inserida na **OT Nº 009 – da aquisição de serviços de nuvem** pelos mesmos motivos.

As **Orientações Técnicas Nº 004 – do inventário de licenças de software** e **Nº 010 – dos critérios gerais de gestão de aplicações** receberam atualizações diferentes das anteriores. Um problema em alguns órgãos da Prefeitura, é que algumas licenças de softwares pessoais acabam sendo utilizadas para atividades de trabalho. Essa é uma questão delicada e por isso inserimos a recomendação de que as licenças devem ser corporativas ou governamentais, e essa

última em atendimento ao solicitado pela Secretaria de Gestão, e ainda reforçado foi enfatizado que as licenças pessoais não devem ser usadas nos equipamentos da administração pública. Os motivos das inserções são as boas práticas de governança de TIC, garantir o uso de softwares homologados e minimizar riscos de vazamento de dados.

André abre para que os membros façam observações.

Evandro diz que apesar de não terem mandado a tempo as observações, pede pra que na redação final esteja claro a legislação de proteção de dados do país seja mais do que equivalente, que tenha o mesmo grau de restrição do que a legislação vigente no Brasil.

Luciano, diz que as mudanças nas OTs Nº 004 e 010 que diz para não usar licenças pessoais estão coerentes e está de acordo. Diz que a redação das OTs Nº 007 e 009, precisa de um ajuste, concordando com o colocado pelo Evandro. Na OT Nº 07, se deixar uma cláusula contratual fica ainda mais frágil. As empresas e grandes players do mercado não assinam contrato diretamente com a gente eles fazem a intermediação por meio de parceiros, sendo assim é mais fácil dessas empresas desrespeitarem uma cláusula e a gente não conseguiria punir uma Amazon ou Google, por exemplo. Na OT Nº 009, a redação não tem a hipótese de cláusula contratual e também não fala somente em ter uma lei de proteção de dados, mas sim de ser equivalente, e ele concorda com isso. Ele levanta a questão de como responder ao jurídico se a lei é equivalente ou não, quem fará essa resposta ao jurídico no momento da contratação?

André diz que vai propor as adequações necessárias levantadas na reunião e enviar para a aprovação do Conselho.

A chefe de gabinete da Secretaria de Governo Municipal, Tatiana Sutto, entende que a cláusula é uma garantia da Prefeitura, e se a empresa irá quebrar ou não a cláusula a responsabilidade é dela, a cláusula é pra salvaguardar a responsabilidade da Prefeitura. Afirma que precisa manter e não parece que a redação das orientações tem algum problema.

Evandro explica que concorda em manter a restrição e que a empresa apresente documento comprobatório que existe a Lei e que ela é equivalente à nossa. Isso para assegurar que o jurídico consiga fazer a avaliação no momento da contratação.

Evandro e Tatiana falam que a empresa precisar comprovar e declarar para que a Prefeitura possa aferir a veracidade da informação.

Evandro sugere uma rodada de *assessment* para saber se os órgãos estão cumprindo com as orientações técnicas, assim como o Tribunal de Contas faz auditorias. André concorda, e diz que voltamos para o problema das capacidades e, como conseguir dar vasão a essa demanda concordando que é importante. Evandro sugere que a Controladoria Geral do Município quando fizer as auditorias nos órgãos que avaliem também o cumprimento das orientações técnicas.

André diz que em relação as OTs Nº 004 e 010 não há nenhum tipo de impedimento quanto a sua aprovação. E quanto as OTs N 007 e 009, serão feitos os ajustes necessários.

Última pauta para a reunião do conselho está relacionada a Política Municipal de Segurança da Informação. Uma parte já foi apresentada na reunião anterior. Em 2018 começamos uma discussão da primeira proposta e levamos para uma edição do Fórum Técnico em abril de 2019. Fizemos uma aquisição de um conjunto de normas técnicas da ISSO pensando em algumas adequações, fizemos a capacitação de 110 servidores em Segurança da Informação e Comunicação e em junho de 2021 foi elaborada a primeira minuta de Decreto. Passamos por uma nova avaliação das áreas de tecnologia e validação do Gartner e no início de 2022 entendemos que temos uma minuta final de Decreto da Política da Informação e Comunicação e que está começando a tramitar.

André informa que a pauta para a reunião do conselho foi cumprida, abre para observações e passa para o Sr. George Rodrigues, chefe de gabinete de SMIT.

George abre para o conselho fazer as observações em relação a pauta e para trazer outros assuntos pertinentes.

Evandro diz que está muito satisfeito em saber que o Decreto da Política de Segurança da Informação está em fase final, pois era uma grande preocupação da Secretaria da Fazenda. Fala ainda que mais importante do que ter a regra é fazer a comunicação dela e sugere um plano de comunicação e talvez um workshop para que os órgãos entendam a importância. Diz também que a PRODAM tem investido em Segurança da Informação, mas que todos os órgãos

precisam investir nesse assunto.

Outro ponto trazido pelo Evandro é sobre uma minuta de Portaria enviada pra tratar de ativos de TIC em relação ao teletrabalho. Foram passadas algumas informações e sugestões e uma delas foi de que ao invés de ser tratada como Portaria, fosse também uma orientação técnica. Diz que é necessário a compra de máquinas blindadas para quem acessa informação sensível ou sigilosa. E que as compras devem ser planejadas evitando duplicidade para que, por exemplo, um servidor que está usando um notebook em teletrabalho não tem uma máquina dedica no local de trabalho e criação de *coworkings*. Finalizando dizendo que todas as secretarias precisam ter um planejamento das aquisições e devem submeter a SMIT para aprovação.

André diz que recebeu as sugestões e já respondeu por e-mail e vai buscar contemplar o máximo delas. Entende que a Portaria tem sim um peso maior e que a orientação é um instrumento com viés de boa prática, de recomendação e sugestão. Como foi resultado de um trabalho iniciado pela Secretaria de Gestão, a premissa era que fosse uma Portaria, mas não impede de detalhar a Portaria em uma orientação técnica. Evandro concorda com a sugestão do André.

George diz que por conta de a orientação técnica passar pela aprovação dos membros do Conselho ela teria um peso também além de Portaria e orientação técnica serem complementares. Convida Johann para falar sobre a questão da Segurança da Informação que o Evandro comentou anteriormente.

Johann parabeniza André pelo trabalho realizado. E diz que a Segurança da Informação é um viés de todos. Comenta que estão sofrendo um ataque de força bruta na Secretaria da Educação e que a equipe está focada e estão preparando um “*InfoSec*” detalhando dessa tentativa, mas de todas. O volume de informações que a Prefeitura tem é grande e gera uma preocupação. Tudo que foi apresentado representa de forma clara o momento em que estamos vivendo. Diz que quando pensamos em tecnologia não adianta falar de boas práticas se não aplicamos isso em ações, e as ações partem de investimentos. Aproveita para convidar André para participar de uma reunião com o Tribunal de Contas sobre Segurança da Informação, para não somente comunicar o que vem sendo feito, mas mostrar a importância e o risco de não utilizar a tecnologia de forma correta. Sugere a participação da PRODAM em um Fórum Técnico para falar o que está fazendo.

Evandro diz que precisamos fortalecer o papel da PRODAM e que 70% ou mais das aplicações estão hospedados na PRODAM e muitos serviços críticos, como os da Fazenda. Em termos de mão de obra a PRODAM sofreu um esvaziamento ao longo do tempo o que atrapalhou alguns atendimentos e um grande investimento na área de Segurança da Informação. Complementa que não é porque está previsto no Decreto de Governança que é possível a descentralização do serviço que não possa continuar sendo feito com a PRODAM. Cita que os órgãos precisam fortalecer o papel da empresa já que contamos com uma e que ela precisa ser competente e praticar preços compatíveis com o mercado. Johann agrade ao apoio de todos. George concorda com Evandro e diz que a SMIT e PRODAM estão trabalhando com bastante sinergia.

O líder de TIC da Secretaria da Saúde, Felipe Neves, diz que o serviço da PRODAM vem melhorando ao longo do tempo e que a empresa precisa fazer um preço competitivo, precisam olhar para o mercado e se modernizar. Os órgãos precisam dar um voto de confiança.

George finaliza a reunião agradecendo a presença de todos em nome do Secretário Juan Quirós. Agradece o trabalho realizado pelo André. Diz que as sugestões de alterações que foram propostas pelo conselho serão realizadas pelo André, mas as consideram aprovadas.

Encaminhamentos: Envio das alterações das orientações técnicas para os membros do conselho; envio da minuta de Decreto da Política de Segurança da Informação; envio da Portaria do uso de equipamentos; estudo para criação de uma orientação técnica para a portaria.

Deliberações: As deliberações sobre as Orientações Técnicas presentes na Ordem do dia ocorrerão por meio da disponibilização de suas versões finais na área SMIT/CMTIC do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Assinam esta ata os titulares/suplentes, além da Secretaria Executiva do Conselho:

- a) Juan Quirós, Secretário da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia;
- b) George Augusto dos Santos Rodrigues, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia;
- c) Tatiana Regina Rennó Sutto, Chefe de Gabinete na Secretaria de Governo Municipal;
- d) Evandro Freire, Chefe de Gabinete na Secretaria Municipal da Fazenda;
- e) Johann Nogueira Dantas, Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – Prodam;
- f) André Tomiatto de Oliveira, Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia e representante da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação.



André Tomiatto de Oliveira
Coordenador(a) I

Em 06/07/2022, às 09:37.



Johann Nogueira Dantas
Diretor-Presidente

Em 11/07/2022, às 10:49.



George Augusto dos Santos Rodrigues
Chefe de Gabinete

Em 11/07/2022, às 16:41.



Juan Quirós

Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia

Em 11/07/2022, às 16:42.



Tatiana Regina Renno Sutto
Chefe de Gabinete

Em 15/07/2022, às 14:38.



Evandro Luis Alpoim Freire
Chefe de Gabinete

Em 18/07/2022, às 14:17.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **066185729** e o código CRC **2E6953FA**.
